



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - LEI

2 - ATAS

- 2.1 - 33ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a Homenagear o Município de Oliveira pelos 150 Anos de sua Fundação
- 2.2 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 4.1 - Plenário
- 4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



LEI

LEI Nº 19.592, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Torna obrigatória a disponibilização de serviço de teleatendimento gratuito pelas empresas que menciona.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – As empresas que desempenham atividades no Estado ficam obrigadas a disponibilizar serviço de teleatendimento gratuito para os locais em que não mantenham escritório de atendimento ao consumidor.

Parágrafo único – O disposto no “caput” não se aplica às microempresas, assim definidas pela Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º – O descumprimento desta lei sujeita o infrator às penalidades previstas no art. 56 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e no regulamento dessa lei federal.

Parágrafo único – Os recursos provenientes das multas aplicadas nos termos desta lei reverterão ao Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos – Fundif –, criado pela Lei nº 14.086, de 6 de dezembro de 2001, ou ao fundo determinado pela pessoa jurídica de direito público que impuser a sanção.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 19 de setembro de 2011; 223º da Inconfidência Mineira e 190º da Independência do Brasil.

Dinis Pinheiro - Presidente - Dilzon Melo - 1º-Secretário - Alencar da Silveira Jr. - 2º-Secretário.



ATAS

ATA DA 33ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/9/2011

Presidência dos Deputados Sávio Souza Cruz e Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Sávio Souza Cruz - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Prefeito Ronaldo Resende - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.



Comparecimento

- Comparecem os Deputados:
- Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Sávio Souza Cruz.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Sávio Souza Cruz) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Município de Oliveira pelos 150 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Ronaldo Resende, Prefeito Municipal de Oliveira; Nalton Moreira, Vice-Prefeito Municipal de Oliveira; Geraldo Vieira, Líder do Governo na Câmara Municipal de Oliveira; Deputado Federal Mauro Lopes; e ex-Deputado Estadual Nelson Leite.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfônica da PMMG.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado Sávio Souza Cruz, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Deputado Sávio Souza Cruz

Exmos. Srs. Ronaldo Resende, Prefeito de Oliveira, meu caro amigo; Nalton Moreira, Vice-Prefeito de Oliveira, também meu dileto amigo; Ilmo. Vereador Geraldo Vieira, Líder do Governo na Câmara Municipal; Deputado Nelson Leite, nosso colega de Assembleia, colega de meu pai; oliveirenses aqui presentes e todos que nos acompanham pela TV Assembleia, boa noite.

O calendário marcava o dia 19/9/1861 quando, na Imperial Cidade de Ouro Preto, o Conselheiro Vicente Pires da Motta, Presidente da então Província de Minas Gerais, assinou a Carta de Lei nº 1.102, elevando à categoria de cidade a Vila de Oliveira. Diz o artigo único dessa Carta de Lei: "A Vila de Oliveira, pertencente à Comarca do Rio das Mortes, fica elevada à categoria de cidade; revogadas as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr".

O comando, com seu teor absoluto e inequívoco, encontrou repercussão da mesma sorte, e isso não apenas em nível do Estado, com o reconhecimento da autonomia do novo ente federado, mas especialmente junto ao concerto dos demais Municípios e povoações circunvizinhas, que reconheciam em Oliveira sua distinta e firme vocação para manter-se à frente de seu destino, ser protagonista de sua própria história, consolidar-se como referência regional e seguir construindo para seu povo um cotidiano de paz e prosperidade.

Na verdade, exarado nos salões do palácio da Presidência da Província, na Imperial Cidade de Ouro Preto, aquele comando não se dava por acaso nem arriscava um palpite temerário na sorte de Oliveira. Muito ao contrário, ele resultava da condição de autossuficiência que a antiga vila conseguira alcançar, condição essa que, por sua vez, há muito suplantara os limites modestos em que era aprisionada como freguesia desde o remoto ano de 1832.

De fato, se retrocedemos no tempo em direção ao embrião daquela que, em 1861, era alçada à condição de cidade, hoje Município, vamos encontrar um pequeno arraial, um povoado, um aglomerado de moradias, formado desde o século XVIII, quando os bandeirantes se aventuravam pelas terras montanhosas de Minas. À região de Oliveira chegavam não mais os que se arriscavam pelo brilho do ouro, como os que tinham chegado antes a Mariana e a Ouro Preto. À região de Oliveira chegavam os que abriam campos para a agricultura e a pecuária e também os que se dirigiam às terras de Goiás, então um novo eldorado. Aquele aglomerado de moradias ficava em ponto estratégico. De um lado, oferecia os cobiçados campos para os bois e as plantações; de outro, facilitava a arrancada em direção aos sertões goianos.

A localização do povoado tornou-o ponto de passagem obrigatória de boiadas e tropas. Manhãs e noites assistiam ao desfile de comboios de escravos e de cargueiros abarrotados de mercadorias. E, quando eclodiu a temporada de assaltos e assassinatos, à espreita dos aventureiros que avançavam pela picada de Goiás, o arraial foi sede dos esforços que contiveram os quilombolas e as quadrilhas. Com tudo isso, o pequeno aglomerado era, em pouco, um ponto de confluência, uma referência política e econômica em nível regional.

Esse desempenho não passou despercebido ao Império. E foi em consequência dele que, em 1832, a Regência, em nome do Imperador Dom Pedro II, editou o decreto que elevou à categoria de paróquia, isto é, a freguesia, a Distrito, o então Curato de Nossa Senhora da Oliveira. Em decorrência disso, daquele aglomerado de moradias nasceu para o mundo jurídico e passou a compor o mapa político da Província de Minas Gerais.

Pouca foi, no entanto, a demora nesse estágio inicial. Com a importância socioeconômica sempre em crescimento, a paróquia foi elevada a vila sete anos depois. Em 1839, o Presidente da Província, Conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga, assinou no Palácio do Governo, na Imperial Cidade de Ouro Preto, a Carta de Lei nº 134, elevando à categoria de vila a antiga Paróquia de Nossa Senhora da Oliveira. E a nova vila repetiu, poucos anos depois, a história da paróquia: sempre em crescimento, passou a reclamar a condição



de cidade, a requerer autonomia. E foi então, conforme já mencionado, que se editou a Lei nº 1.102, cujos 150 anos se comemoram no próximo dia 19, data que lembramos hoje, de forma especial, na solenidade desta noite, nesta Casa em que simbolicamente encontram-se reunidos Minas e os mineiros.

Todo esse retrospecto eu o fiz instado pela necessidade de evidenciar a vocação que Oliveira manifestou desde sempre para figurar como polo regional e como centro catalisador dos movimentos das aglomerações urbanas de seu entorno. Oliveira definiu-se historicamente como ponto de convergência. E, uma vez alcançada a condição de Município, outra coisa não fez senão consolidar sua vocação original: Oliveira seguiu adiante, mantendo reunido seu povo, realçando sua identidade e aglutinando em torno de si as comunidades vizinhas. Foi assim que aquela terra propiciou a um de seus filhos, Carlos Chagas, alcançar projeção nacional e internacional em razão de seu trabalho como médico, sanitarista, bacteriologista e pesquisador.

Os bons princípios da gente oliveirense fizeram florescer no então jovem estudante, nascido em 1878, a sua acentuada vocação para o trabalho, de tal forma que ele legou não apenas a sua comunidade original, mas a toda a humanidade, um dos mais incríveis progressos na ciência médica a que um profissional jamais pôde chegar sozinho. Nas quatro vezes em que foi indicado ao Prêmio Nobel na Europa e no momento em que foi aclamado doutor “*honoris causa*” nos Estados Unidos, Oliveira foi premiada também, seu povo encheu-se de orgulho, fortaleceu-se mais uma vez a identidade regional.

Da mesma forma, sempre gravitando em torno de uma identidade própria, a cidade assistiu em 1887 ao lançamento da “Gazeta de Oliveira”, logo a seguir “Gazeta de Minas”, um periódico cuja importância não se limita ao registro histórico de que tenha sido o primeiro da Província de Minas Gerais. A par desse fato, a importância do periódico veio da consistência que adquiriu: reuniu colaboradores de renome, espelhou a vida da comunidade e da província, tratou de forma imparcial todos os temas, alcançou penetração até na Capital do Império, atravessou um século de circulação ininterrupta. Entrado o século XXI, o periódico que liga três séculos segue incólume, modernizando-se conforme requerem as mídias atuais, de forma a continuar a oferecer a leitura imparcial dos fatos e a apurada crônica da história regional.

Por razões assemelhadas aquela terra, agora dando vazão à face da alegria de seu povo, criou um carnaval único e inigualável, o Cai n’Água. Se em tempos antigos o Cai n’Água serviu apenas para o entretenimento dos oliveirenses nos dias de folia, hoje o evento assinala a cor local num mundo ameaçado de mesmerizar-se em decorrência da globalização. Não há como mencionar o carnaval oliveirense sem que nos venha a imagem de Maurício Almeida Sardinha, o Mauricinho ou Mau Mau, criador do bloco Pelo Amor de Deus, sua irreverência e seu grito “Sabará horrorosaa”, verdadeira convocação à alegria. Tendo à frente hoje a Cat Caneta, o bloco consolidou-se na originalidade do momo da cidade. Possivelmente mais importantes agora que na data de suas origens, o Cai n’Água e o Pelo Amor de Deus seguem arrastando multidões e convocando pessoas de muito longe para a todos congregarem em torno de um jeito próprio de festejar a alegria, a descontração, a brincadeira, a felicidade e a vida.

Foi assim também que aquela terra de tantos traços próprios viu nascer, no início do século, dois homens, que dariam a seu povo motivo de grande orgulho. O primeiro deles é Paulo Pinheiro Chagas, nascido em 1906. Diplomou-se em medicina e posteriormente em direito. Depois de exercer intensa atividade clínica em Belo Horizonte, elegeu-se Deputado na Assembleia Constituinte Estadual de Minas Gerais e permaneceu nesta Casa até 1937, quando se instalou no País o regime do Estado Novo. Signatário do Manifesto dos Mineiros, em 1943, persistiu intransigentemente na luta pela liberdade e pela democracia, vindo a integrar a Assembleia Nacional Constituinte em 1946. Foi Secretário em Minas, Deputado Federal por vários mandatos e ainda Ministro no governo João Goulart. O segundo nome, no início do século em Oliveira, é o de Eliseu Resende. Nascido em 1929, formou-se engenheiro, obteve os graus de mestre e de doutor, distinguiu-se como pesquisador na área de engenharia nuclear, tornou-se especialista em transportes e enobrecer o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem em nível regional e nacional. Exerceu posteriormente o cargo de Ministro de Transportes e os mandatos de Deputado e de Senador, a todos tendo honrado com competência e probidade, constituindo-se exemplo perene de dignidade e fidalguia no trato da coisa pública.

Foi assim ainda que Oliveira, traduzindo também a religiosidade de seu povo, ofereceu espaço para a criação de uma diocese própria. A cidade que, já em 1813, manifestava seu forte matiz religioso em belíssimas festas do Rosário e da Semana Santa, tornou-se em 1941, por força de bula de autoria do Papa Pio XII, sede da Diocese de Oliveira. A nova diocese abrigava e continua abrigando 24 paróquias distribuídas entre os Municípios de Aguanil, Bom Sucesso, Campo Belo, Carmo da Mata, Carmópolis de Minas, Cana Verde, Candeias, Cristais, Desterro de Entre-Rios, Itaguara, Macaia, Mercês de Água Limpa, Morro do Ferro, Passa-Tempo, Perdões, Piracema, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Francisco e São Tiago.

Mais uma vez, a Oliveira de população trabalhadora, de grandes personalidades nas ciências e na política, de traços culturais marcados e muito próprios, mostrava-se capaz de abrigar referência centralizadora, validando a sua vocação como polo para toda uma vasta região.

E assim veio Oliveira avançando pelo século XX e adentrando o século XXI, quando entregou sua administração ao dinâmico e sonhador Prefeito Ronaldo Resende. Sob sua batuta, o Município adquiriu novo estágio de florescimento. Dando arrojado seguimento ao trabalho feito pelos administradores que o precederam e pelo povo ordeiro e dedicado de Oliveira, Ronaldo Resende comemora com seu povo a cidade que, aos 150 anos de emancipação, dispõe de excelente infraestrutura urbana e de um eficiente sistema de serviços públicos.

A quem chega não escapa a constatação de que Oliveira é uma cidade muito bonita, com praças floridas e belas igrejas, onde 100% da população usufrui dos serviços de água tratada, esgoto e energia.

Na educação, Oliveira oferece escolas para todas as crianças e jovens, desde o ensino infantil ao técnico e ao superior, passando, aliás, pelo primeiro curso de empreendedorismo de Minas e pelo primeiro pré-vestibular no Estado, oferecido em convênio com a Prefeitura ao preço simbólico de R\$25,00 por mês.

Na área da saúde, um bem-equipado pronto-atendimento municipal, 11 unidades do Programa de Saúde da Família, um centro de especialidade odontológica, um centro de atenção psicossocial e um centro de atenção à criança e à mulher garantem assistência a todo cidadão.



Na área de assistência social, iniciativas pioneiras como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil se somam ao Centro de Referência da Infância e da Adolescência e aos Centros de Referência de Assistência Social - Cras.

E, finalmente, no tocante à economia, a par dos investimentos tradicionais em agricultura e pecuária, Oliveira avança pelo setor industrial e de serviços, tendo incorporado a empresas pioneiras no Município, como a fábrica de balas, as recém-chegadas Clin Off do Brasil, Kromberg e Schubert e a mineradora Rede Gusal, que trouxeram consigo mais de 2 mil novos empregos.

Não sem razão o dinâmico Prefeito afirma que “enquanto o mundo se encolhe, Oliveira se destaca pelas oportunidades, empregos e qualidade de vida”. Mistura de passado e de presente, destino inescusável de futuro, registrou-a recentemente em feliz trabalho o jovem fotógrafo Sidney de Almeida, que inseriu simbolicamente sua terra entre as mais belas paisagens mineiras. É essa a Oliveira que saúdo junto com seu povo e seu Prefeito, é essa a cidade fiel a sua vocação para o trabalho e para a centralização regional, é esse o lugar de paz e prosperidade prenunciado nas vozes do passado: Oliveira é um grande sonho realizado com felicidade no presente.

É com a alegria resultante dessa feliz constatação que eu cumprimento, em nome do povo de Minas, o Prefeito Ronaldo Resende, as demais autoridades do Município e toda a comunidade oliveirense. Terra que me é particularmente muito cara, terra que me toca especialmente o coração, Oliveira me assegura em seu sesquicentenário que saberá levar adiante sua vocação e sua história e fará das celebrações desta semana a porta de passagem para dias sempre maiores em benefício de seu povo, das populações vizinhas e de todos os mineiros.

Por estar certo disso, por saber que sobre o alicerce sólido de seu passado Oliveira seguirá vivendo com dignidade o seu presente e construindo com brilhantismo o seu futuro, finalizo esta minha fala com um oferecimento simbólico à cidade. Tenho em mãos a cópia impressa e digital dos originais da certidão do nascimento de Oliveira para o mundo político. Ela é constituída por três documentos preciosos: primeiro, o decreto imperial assinado em 1832, no Rio de Janeiro, pelo Regente Diogo Antônio Feijó em nome do Imperador D. Pedro II, reconhecendo o Curato de Oliveira como paróquia; a seguir, a Carta de Lei nº 134, assinada em 1839, em Ouro Preto, pelo Conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, Presidente da Província de Minas Gerais, dando à localidade o “status” de vila; e, finalmente, a Carta de Lei nº 1.102, assinada em 1861, em Ouro Preto, por Vicente Pires da Motta, então Presidente da Província de Minas Gerais. Esta cópia fac-similar, que retrata inclusive a ortografia da época e contém vestígios da passagem do tempo, foi extraída das publicações tipográficas originais e também dos livros manuscritos a que cabia guardar naquela época o primeiro registro das leis. Entrego esta cópia, este registro histórico à comunidade oliveirense. Convido o Prefeito Ronaldo Resende a comparecer a esta tribuna para recebê-la.

- Procede-se à entrega de pasta com documentos.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Ao entregar estes fac-símiles a V. Exa., Sr. Prefeito, faço deles a carta de meu particular afeto ao povo da cidade, de meu apreço por sua história e de minha confiança nos dias por vir na grata terra de Oliveira. Meus agradecimentos a todos. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Sávio Souza Cruz, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao Sr. Ronaldo Resende, Prefeito Municipal de Oliveira, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: “Oliveira, terra natal do grande cientista e sanitarista Carlos Chagas, orgulha-se de ser conhecida como uma cidade de excelente infraestrutura urbana e um celeiro inestimável de cultura e arte, construído durante mais de dois séculos. Desde o início do povoado, numa rica história que remonta ao século XVI, o Município se distingue também pela sua privilegiada localização geográfica, o que o faz uma importante zona de confluência política e econômica. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, reconhecendo o valor da cidade de Oliveira para o Estado, presta a ela justa homenagem pelos 150 anos de emancipação política”.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Prefeito Ronaldo Resende

Boa noite a todos. Exmo. Sr. Deputado Sávio Souza Cruz, que nesta noite representa o Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e autor desta homenagem aos 150 anos da nossa Oliveira; caro Vice-Prefeito Nalton Moreira; Vereador Geraldo Vieira, meu amigo e Líder do Governo na Câmara Municipal, em cuja pessoa aproveito para cumprimentar a Vereadora Jaqueline e o Vereador Ferrugem, meu padrinho; Deputado Federal Mauro Lopes e meu caro amigo ex-Deputado Nelson Leite, que em Oliveira divide comigo o título de loucura; primeiro, gostaria de agradecer a presença de vocês nesta festa tão importante para marcar os 150 anos de Oliveira. Gostaria de agradecer aos assessores e Secretários que aqui se encontram e, de maneira muito especial, a juventude de Oliveira, que nos deu a honra de vir a Belo Horizonte.

Meu prezado Deputado Sávio Souza Cruz, Oliveira é filha de um grande amor. Ainda na Província de Brumado, houve um desentendimento entre dois irmãos, que se apaixonaram pela mesma mulher. O irmão mais novo, que entendeu ser direito do irmão mais velho ficar com a mulher amada, vendeu as suas posses e partiu. Chegou à picada de Goiás, hoje nossa Oliveira, e ali construiu uma pousada para abrigar os bandeirantes e aqueles que buscavam ouro no solo sagrado de Goiás. Tempos depois, casou-se com D. Maria de Oliveira. Passado algum tempo, esse homem morreu, e D. Maria de Oliveira assumiu o negócio. O lugar passou a ser conhecido, então, como a Pousada da D. Maria de Oliveira e, mais tarde, Oliveira.

Diferentemente de todas as cidades de Minas Gerais, Oliveira não teve o seu surgimento baseado no ouro ou na gema preciosa. Oliveira foi erguida em sua encruzilhada, em sua localização geográfica privilegiada de antes e de hoje.



Deputado Sávio Souza Cruz, ao longo desses 150 anos, todo um povo mobilizou-se para que hoje houvesse uma cidade de que tanto orgulhamos, que é a Oliveira do emprego, a Oliveira da assistência social e da saúde, a Oliveira 100% água e 100% de recolhimento de esgoto e, em dezembro agora, a Oliveira 100% pavimentada.

É muito difícil uma cidade do porte de Oliveira ter uma infraestrutura urbana como temos. Mas isso, caro Deputado Sávio Souza Cruz, foi fruto do trabalho de gerações e gerações. Foram as mãos do povo de Oliveira, foram as mãos dos Prefeitos de Oliveira - faço aqui uma homenagem aos Prefeitos de Oliveira nos últimos 50 anos -, do Cel. Chichico Campos, Prefeito quando Oliveira fazia 100 anos; de Wander Assis; de Salatiel Fernão Lobato, por duas vezes; de João Haddad; de Dr. Efigênio Salgado dos Santos, o maior sanitarista da história de Oliveira; de Paulo Resende; de Emir Haddad Filho, que foi Deputado nesta Casa; de Ném do Beijo; e de Zé Orlando, por duas vezes; e agora, também por duas vezes, conosco, comigo e o Naldo, na Prefeitura Municipal. Foi esse somatório de forças que nos proporcionou hoje termos a Oliveira que tanto amamos.

Nesta hora, Sr. Presidente, aqui da tribuna desta egrégia e augusta Casa Legislativa, gostaria de deixar registrado nos anais desta Casa o incansável trabalho de V. Exa. para com Oliveira, da mesma forma que o Deputado Federal Mauro Lopes, dois Deputados votados em Oliveira que deveriam servir de exemplo não só para esse Município, mas para Minas Gerais, como os Deputados que têm respeito pelo voto, que não são Copa do Mundo, que não vão ao Município só para pegar o voto e somem. Não. Os dois estão lá presentes, com obras, com emendas, mas principalmente estão presentes nas obras do coração, nas obras da alma, porque gostam de Oliveira, não veem Oliveira como mercadoria eleitoral, não veem Oliveira como números de votos. Então, o exemplo desses dois Deputados deveria ser seguido por todos os Deputados desta Casa e por todos os Deputados da Câmara Federal.

Sr. Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, este momento é de emoção singular, porque, somado aos 150 anos de Oliveira, emblematicamente, apesar de não parecer, também fiz 50 anos este ano. Nasci no centenário de Oliveira. E para mim, para minha geração, é muito importante o que estamos vendo acontecer em Oliveira. Quebraram-se alguns paradigmas, como o de que Oliveira estava condenada a não crescer.

Para a juventude que está aqui eu gostaria de lembrar alguns detalhes. Em 1961, Oliveira era conhecida como a Princesinha do Oeste. Era a cidade que mais crescia. Naquela época, em 1961, em nossa Santa Casa de Misericórdia fazíamos cirurgia de crânio. Deputado Sávio Souza Cruz, em 1961, no nosso centenário, tínhamos os dois melhores educandários do Brasil, que eram o Pinheiro Campos e o internato das irmãs.

É muito rica a história de nossa terra. Fomos a primeira cidade de Minas Gerais a ter iluminação própria. Temos segundo grau desde 1902. Hoje, graças a Deus, além do segundo grau, temos a Feol, que nos honra, e o Ifet, antigo Cefet. Fecha-se um círculo virtuoso. Os cientistas entendem que Oliveira encontra-se, neste momento, em um núcleo urbano emergente, quando a cidade sai de pequena para caminhar para uma cidade média.

Deputado, este pode ser o momento mais delicado da história de Oliveira, porque voltar a ser cidade pequena é muito fácil, mas caminhar para ser cidade grande ou média requer esforço altíssimo de todos os atores, de toda a sociedade civil organizada e, principalmente, caro Deputado Sávio Souza Cruz, caro Deputado Federal Mauro Lopes, exige de nós, homens públicos, que nesse dia 19 de setembro possamos dar o presente que Oliveira mais espera, que é uma grande união política em favor do progresso e do desenvolvimento de Oliveira.

Deputado, sobre as nossas costas está toda uma juventude, e parte dela está aqui representada, que precisa ficar em Oliveira, não quer ser expulsa de Oliveira, como minha juventude foi. Fui Presidente da União Estudantil de Oliveira ainda muito novo. Costumava usar uma frase que vou repetir agora. Eu dizia que o lugar mais triste de Oliveira era a rodoviária. Por ali perdíamos todos os dias o nosso maior tesouro, a nossa juventude, que era obrigada a ir embora. Ai a cidade envelhecia rápido, pois não tinha como se oxigenar sem a juventude. Por isso vivemos anos e anos e anos de estagnação. Hoje invertemos o processo, estamos vivendo um momento de volta para casa, de volta a Oliveira.

Sr. Presidente, meu caro amigo Deputado Sávio Souza Cruz, o emprego é algo tão pujante em Oliveira que estamos importando mão de obra de São Francisco e de Carmo da Mata. Em menos de dois anos a Kromberg & Shubert já gera 1.500 empregos diretos, talvez a melhor obra que temos feito ao longo desses seis anos e meio de mandato.

Quero-lhe agradecer e dizer que V. Exa. dispõe de simpatia em nossa terra. Aqui, publicamente, ao lado do meu Vice-Prefeito, Nalton Moreira, de meus assessores, Secretários e Diretores, quero levar a V. Exa. o nosso agradecimento por tudo que o senhor tem feito por Oliveira, pelas verbas que tem enviado a Oliveira, pelo apoio amigo que nos tem prestado. De igual forma, agradecemos ao Deputado Federal Mauro Lopes, sempre muito presente. É a primeira vez que foi votado em Oliveira e fez muito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por essa rara sessão que, com certeza, ficará gravada no coração de cada oliveirense. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes para assistir a uma apresentação musical do Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfônica da PMMG, que interpretará as seguintes músicas: “Jesus, alegria dos Homens”, de Johann Sebastian Bach; “Bola de meia, bola de gude”, de Milton Nascimento e Fernando Brant; e “La Cumparsita”, de Gerardo Rodríguez.

- Procede-se à apresentação musical.

O locutor - Com a palavra, o Deputado Sávio Souza Cruz, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro.

Palavras do Sr. Presidente

S. Exa. o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, manda a seguinte mensagem ao povo de Oliveira. (- Lê:)

“Uma das mais tradicionais cidades de Minas Gerais, Oliveira dispõe de inúmeros motivos para comemorar seus 150 anos de elevação a Município. Sua história, contudo, remonta a muitos anos e muitas décadas antes do dia 19/9/1861, marco de sua emancipação política, pois foi um florescente arraial na colônia e uma próspera vila no Império. Inicialmente ponto estratégico para o



desbravamento de Goiás, com suas terras servindo de abrigo e pouso aos que se aventuravam no caminho para aquela Província, sempre se destacou como local de apoio para tropeiros e viajantes, gerando riqueza pela troca de mercadorias. Sem ter sido um local de mineração, o antigo arraial pertencente à Vila de São José do Rio das Mortes, a atual Tiradentes, abastecia os exploradores de ouro com sua agricultura e sua pecuária.

Essa vocação agrícola ainda persiste no leite e no café que produz, ao mesmo tempo em que se industrializa e se mantém, com seus 40 mil habitantes, entre os Municípios mais importantes do Centro-Oeste de Minas.

Suas construções, mesclando prédios antigos e tradicionais aos imóveis modernos, entre as quais se destaca a belíssima catedral, são uma síntese arquitetônica não só da história local como da história de Minas Gerais, testemunha que tem sido de um progresso que nunca se perdeu de suas raízes.

Com tantos filhos ilustres, um deles se sobressai por seu valor no âmbito da ciência e da medicina. Tão poucas são as cidades que podem ostentar orgulho semelhante à da terra natal de Carlos Chagas, exemplo de brasileiro dedicado a uma grande causa sanitária e social, pelo sucesso no definitivo combate a uma terrível endemia.

Espelho também do Brasil, um país de imigrantes, a cidade é devedora da labuta dos escravos africanos, da contribuição advinda dos portugueses e também dos italianos, sírios e libaneses, que trouxeram a força de seu trabalho e de seus hábitos culturais para conformar a sociedade atual de Oliveira.

Com seu passado de ricas e únicas tradições, um presente pujante e um futuro que já se anuncia, Oliveira vem consolidando seu importante papel no Estado. Novos capítulos se somarão a esta trajetória de Município cheio de oportunidades, que tem hoje, no comando de seu destino, o insigne Prefeito Ronaldo Resende. A história que hoje celebramos demonstra a força e o valor dos sonhos de inúmeras gerações, que, por seu esforço comum, construíram a cidade que é um exemplo permanente de dinamismo.

Parabéns pelos seus 150 anos, Oliveira! Que a luz de sua presença continue brilhando com a intensidade de sempre no mapa de Minas Gerais! Muito obrigado”.

No momento do encerramento, quero utilizar da prerrogativa de estar na Presidência, Sr. Prefeito, Deputado Mauro Lopes, Deputado Nelson Leite; Nalton, Vice-Prefeito de Oliveira, para lembrar que nós, que hoje representamos Oliveira na Assembleia, temos a presença dos Vereadores Ferrugem, Jaqueline e Geraldo Vieira, que hoje a representam na Câmara Municipal. O Deputado Mauro Lopes representa Oliveira na Câmara Federal. Homenageio aqueles que já representaram Oliveira na Câmara Municipal na pessoa do saudoso Vereador Ananias Tucano, que nos deixou há quase um ano. Homenageio aqueles que, no passado, nos representaram nesta Casa, na pessoa do ex-Deputado Emilio Haddad Filho. Homenageio aqueles que, no passado, representaram Oliveira na Câmara Federal, na pessoa do ex-Deputado José Aldo.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 19, às 20h30min, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/8/2011

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Gustavo Valadares e Ulysses Gomes (substituindo o Deputado Celinho do Sinttrocel, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício da Comissão Regional de Transporte de Trânsito e do Movimento de Luta pela Moradia, revindicando à BHTRANS e ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - SETRABH - melhorias nas linhas dos ônibus que mencionam. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 855/2011, no 1º turno, é convertido em diligência à Subsecretaria de Transporte da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, atendendo a requerimento do relator, Deputado Gustavo Valadares, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.390/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Adalclever Lopes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com técnicos do Executivo para realizar o monitoramento do PPAG-2088-2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente – Gustavo Valadares – Celinho do Sinttrocel – Anselmo José Domingos.



ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/9/2011

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 125 e 1.021/2011, no 1º turno, e 266/2011, em turno único (Deputado Célio Moreira); 276/2011, no 1º turno (Deputado Duarte Bechir); e 769/2011, no 1º turno (Deputado Sávio Souza Cruz). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o atual Sistema de Abastecimento Público de Água Rio Manso e a relação da Copasa-MG com os Municípios de Rio Manso e Brumadinho; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para realizar estudos com vistas à criação do Parque Estadual da Pampulha, no Município de Belo Horizonte, e do Museu da Água e do Meio Ambiente, a ser implantado no interior dessa unidade de conservação; e seja realizada reunião de audiência pública para debater questões relativas ao impacto no Estado da transposição do Rio Paraíba do Sul para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo; Paulo Guedes (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a operação Corcel Negro II, realizada conjuntamente pelo Ibama e pelos Ministérios Públicos dos Estados de Minas Gerais e Bahia; e seja realizada reunião de audiência pública no Município de Montes Claros para debater o impacto ambiental causado com a construção de um condomínio residencial na Serra do Mel pelas empresas Patrimar e Caparaó em área de preservação ambiental, bem como o impacto ambiental causado pela transferência do lixo de Montes Claros para a região de Mimoso, que possui três afluentes do Rio Verde Grande; Rogério Correia em que solicita seja encaminhado ao Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam - pedido de providências para rever a Deliberação Normativa Copam nº 12, de 1994, que dispõe sobre a convocação e realização de audiências públicas, com o objetivo de garantir a efetiva participação popular por meio de ampla publicidade à convocação dessas audiências; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater os impactos ambientais nos Municípios de Sarzedo e Betim em consequência das atividades desenvolvidas no beneficiamento de subproduto siderúrgico utilizado como matéria-prima, a lama de aciaria, pela empresa TRL - Tratamento de Resíduos Ltda.; e Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Além Paraíba para debater a transposição do Rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira, do Estado de São Paulo, em face dos possíveis impactos ambientais e sociais que poderá acarretar. Em seguida, são recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a atual situação da Serra da Moeda, em virtude das constantes queimadas; e Célio Moreira (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de São Joaquim de Bicas para debater a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE - na localidade; e seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Copam pedido de providências para que se manifestem sobre os questionamentos relativos aos empreendimentos minerários de responsabilidade da empresa Vale S.A. no Distrito de Casa Branca, no Município de Brumadinho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.

Célio Moreira, Presidente – Sávio Souza Cruz – Gustavo Corrêa.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/9/2011

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Andrea Mismotto Carelli, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do Estado de Minas Gerais, encaminhando o levantamento realizado por esse órgão, no primeiro semestre de 2011, sobre a situação de medidas socioeducativas no Estado; e dos Srs. Rogério Bernardes Coelho e Evaldo Luiz de Almeida, Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Araguari, respectivamente, encaminhando convite para que esta Comissão participe de audiência pública sobre a implantação do projeto Aliança pela Vida no Município. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 211/2011 (Deputada Maria Tereza Lara) e 1.347/2011 (Deputado Cássio Soares), ambos no 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Patrocínio para discutir questões de segurança pública na região, tendo em vista denúncias de aumento da criminalidade, especialmente na área rural; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Sargento Rodrigues (4) em que solicitam seja realizada reunião com convidados para apresentar o projeto



Leitura Liberta, desenvolvido com presos do Município de Formiga, que tem por objetivo afastá-los da ociosidade; seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para verificar as condições de iluminação e a possível melhora desse serviço, bem como a manutenção da limpeza e capina no entorno da Escola Municipal Professor Edgar da Matta Machado, com o objetivo de melhorar a segurança local; seja encaminhado à Cemig pedido de providências para verificar as condições da iluminação e a possível melhora desse serviço no entorno da referida Escola, com o objetivo de melhorar a segurança local; seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para reforçar a força-tarefa criada para o combate à criminalidade no Município de Betim e conter a violência no entorno das escolas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.

João Leite, Presidente – Cássio Soares – Maria Tereza Lara.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/9/2011

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Adelmo Carneiro Leão e Fabiano Tolentino, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tadeu Martins Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Presidente da Comissão de Cultura, Deputado Elismar Prado, convidando a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude a participar de reunião de audiência pública, a ser realizada no Plenarinho I desta Casa, em 14/9/2011, às 14h30min, com a finalidade de realizar o monitoramento do PPAG-2008/2011, e do Presidente da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, Deputado Tenente Lúcio, convidando a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude a participar de reunião de audiência pública com técnicos do Executivo, a ser realizada no auditório desta Casa, em 15/9/2011, às 9h30min, com a finalidade de realizar o monitoramento do PPAG-2008/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 58/2011 no 1º turno (Fabiano Tolentino); 1.624/2011 em turno único (Adelmo Carneiro Leão); 2.052 e 2066/2011 em turno único (Gustavo Perrella); e 2.68/2011 em turno único (Tadeu Martins Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.909, 1.987, 1.988, 2.039, 2.065, 2.069, 2.074 e 2.096/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 639, 1.612, 1.767, 1.851 e 1.942/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ulysses Gomes em que solicita realização de audiência pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Participação Popular, no Município de Itajubá, com o objetivo de discutir as políticas públicas de prevenção ao uso indevido de drogas e conhecer o Plano Nacional Integrado de Enfrentamento ao “Crack” e Outras Drogas” e o Programa Estadual Aliança pela Vida; e Carlin Moura em que solicita seja formulado apelo à Prefeita Municipal de Contagem, Marília Campos, para que sejam viabilizados recursos para instalação de uma academia popular na Praça Marília de Dirceu, Bairro Inconfidentes em Contagem. A Presidência recebe, para apreciação posterior, o requerimento do Deputado Luiz Henrique em que solicita seja realizada audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, com a finalidade de conhecer e debater a implantação da Estação Conhecimento do Vale do Jequitinhonha, idealizada pela Fundação Vale, com a participação das pessoas listadas em anexo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.

Marques Abreu, Presidente – Tadeu Martins Leite – Fabiano Tolentino – Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/9/2011

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Fred Costa, Sebastião Costa (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BPS), Duarte Bechir (substituindo o Deputado Délio Malheiros, por indicação da Liderança do BPS), Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do BTR) e Ulysses Gomes (substituindo o Deputado Rogério Correia, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a e comunica o recebimento do ofício da Sra. Marina Gomes de Carvalho Pinto, Assessora da Defensoria Pública Geral, publicada no “Diário do Legislativo” de 9/9/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 24 e 1.997/2011 (Deputado Ivair Nogueira); 184 e 1.955/2011 (Délio Malheiros); 333/2011 (Bonifácio Mourão); 1.135/2011 (Fred Costa); e 2.125/2011 (Gustavo Corrêa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº



179/2011 é retirado de pauta atendendo-se a requerimento do Deputado Sebastião Costa, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 170/2011 (relator: Deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição); 293/2011 (Relator: Deputado Délio Malheiros), na forma do Substitutivo nº 2 que apresenta; 839/2011 (relator: Deputado Fred Costa); 1.280/2011, (relator: Deputado Rômulo Viegas, em virtude de redistribuição); e 2.125/2011, (relator: Deputado Gustavo Corrêa), com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.361, 1.363 e 1.394/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Gustavo Corrêa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, com técnicos do Executivo, para realizar o monitoramento do PPAG-2008/2011. São recebidos pela Presidência, para posterior apreciação, os requerimentos dos Deputados Rômulo Viegas em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja liberado um veículo a ser utilizado pelo Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Dores de Campos; Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.355/2011; Gustavo Corrêa, Duarte Bechir, Ulisses Gomes e Rômulo Viegas em que solicitam seja encaminhada à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar as notas taquigráficas desta reunião para que se apure a conduta do Deputado Fred Costa, que compareceu ao Plenarinho IV desta Casa sem traje adequado e, no encaminhamento de votação do Projeto de Lei nº 2.125/2011, proferiu palavras ofensivas ao decoro e à dignidade desta Casa; e da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Caratinga para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 18/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente – Délio Malheiros – Bonifácio Mourão – Fabiano Tolentino.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/9/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.487, que altera a estrutura de cargo de direção e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.503, que cria cargos das carreiras de Agente de Segurança Penitenciário, Gestor Ambiental, Professor de Educação Superior, Analista Universitário e Técnico Universitário, reajusta os valores da vantagem pessoal a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.470, de 15/4/991, e dá outras providências. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.443/2011, do Deputado João Leite; 2.257/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 313/2011, do Deputado Neilando Pimenta e do Deputado Fred Costa; 1.747/2011, do Deputado Tenente Lúcio.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 305/2011, da Deputada Liza Prado; 1.837/2011, do Deputado Elismar Prado; 79/2011, da Deputada Liza Prado; 346/2011, do Deputado Fred Costa; 941/2011, do Deputado Arlen Santiago; 9/2011, do Deputado Elismar Prado; 87/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 121, 234 e 235/2011, do Deputado Elismar Prado; 268/2011, do Deputado Duarte Bechir; 320/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 356/2011, do Deputado Fred Costa; 367, 371 e 372/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 409/2011, do Deputado Fred Costa e da Deputada Liza Prado; 429 e 434/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 472/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 514/2011, do Deputado Duarte Bechir; 551/2011, do Deputado Paulo Guedes; 645/2011, do Deputado Doutor Viana; 671/2011, do Deputado Rogério Correia; 679 e 680/2011, do Deputado Luiz Henrique; 701/2011, do Deputado Arlen Santiago; 732/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 749/2011, do Deputado Durval Ângelo; 768/2011, do Deputado Wander Borges; 808 e 810/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 829/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 848/2011, do Deputado Delvito Alves; 878/2011, do Deputado Almir Paraca; 950/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.032/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.096/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 1.128 e 1.139/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.155/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.161/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.175/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.205, 1.206 e 1.265/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.302/2011, do Deputado Juninho Araújo; 1.336/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.339/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.363, 1.365 e 1.374/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 436/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.476/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.530/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.537/2011, do Deputado Pompílio Canavez; 1.542 e 1.543/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.546 e 1.547/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.635/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 1.659/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.702/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.704/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.734/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.737/2011, do Deputado Marques Abreu; 1.754/2011, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.859/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.898/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.905/2011, do Deputado Elismar Prado e da Deputada Liza Prado; 1.966/2011, da Deputada Liza Prado; 1.967 e 1.992/2011, da Deputada Liza Prado; 1.993/2011, do Deputado Antônio Genaro; 2.126/2011, da Deputada Liza Prado; 2.143/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.165/2011, da Deputada Liza Prado; 2.176/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.188/2011, do Procurador-Geral de Justiça; 2.219/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.266/2011, do Governador do Estado; 2.275/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.291 e 2.292/2011, do Governador do Estado; 2.330/2011, do Deputado Pompílio Canavez.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 208/2011, do Deputado Elismar Prado; 432/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.275/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.765/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 1.896/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.189/2011, do Deputado Tenente Lúcio; 2.211/2011, do Deputado Antonio Lerin; 2.228/2011, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.233 e 2.234/2011, do Deputado Fábio Cherem; 2.236/2011, do Deputado Paulo Lamac; 2.237, 2.239, 2.240, 2.241 e 2.242/2011, do Deputado Rogério Correia; 2.244, 2.245, 2.246, 2.247, 2.250/2011, do Governador do Estado; 2.251/2011, do Governador do Estado; 2.256/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.267/2011, do Deputado Anselmo José Domingos;



2.272/2011, do Deputado Doutor Viana; 2.273/2011, do Deputado Duílio de Castro; 2.280/2011, do Deputado Neilando Pimenta; 2.283/2011, do Deputado Sebastião Costa; 2.287/2011, do Deputado Duarte Bechir; 2.288 e 2.289/2011, do Deputado Dilzon Melo; 2.295 e 2.296/2011, do Deputado Adalclever Lopes; 2.302/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 2.303/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 2.309 e 2.310/2011, do Deputado Inácio Franco; 2.314/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 2.315/2011, do Deputado Dilzon Melo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.812/2011, do Deputado Délio Malheiros.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 328/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 94/2011, do Deputado Elismar Prado e 2.188/2011, do Procurador-Geral de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.448 e 1.449/2011, da Comissão de Participação Popular e 1.471/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 621/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.904/2011, do Deputado Elismar Prado, e 2.049/2011, do Deputado Sebastião Costa.

Requerimentos nºs 1.426/2011, do Deputado Célio Moreira, 1.429/2011, do Deputado Anselmo José Domingos, 1.433/2011, do Deputado Rômulo Veneroso, e 1.546/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 329/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, 729/2011, do Deputado João Leite, e 1.307/2011, do Deputado Juninho Araújo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.431/2011, da Deputada Rosângela Reis, e 1.460/2011, do Deputado Cássio Soares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: discutir a importância do esporte como atividade de promoção da saúde e prevenção ao uso de drogas, com os convidados constantes na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/9/2011**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 20/9/2011, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 20.487, que altera a estrutura de cargo de direção e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências, e 20.503, que cria cargos das carreiras de Agente de Segurança Penitenciário, Gestor Ambiental, Professor de Educação Superior, Analista Universitário e Técnico Universitário, reajusta os valores da vantagem pessoal a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.470, de 15/4/91, e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Fred Costa, Ivair Nogueira, Neider Moreira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 20/9/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar o monitoramento do PPAG 2008-2011, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/9/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar o monitoramento do PPAG 2008-2011, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2011.

Célio Moreira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/9/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar o monitoramento do PPAG 2008-2011 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2011.

Bosco, Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Cássio Soares, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da Comissão de Segurança Pública, e os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 20/9/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar o monitoramento do PPAG-2008/2011 e de discutir e votar proposições das Comissões.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2011.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/9/2011, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.930/2011

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude Relatório

De autoria do Deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Amigos do Menor Pedralvense – Sampe –, com sede no Município de Pedralva.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.930/2011 pretende declarar de utilidade pública a Sociedade Amigos do Menor Pedralvense – Sampe –, com sede no Município de Pedralva, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo propiciar ao jovem local, por meio da prática de esportes, o desenvolvimento físico, mental, emocional e social adequado.

Com esse propósito, a instituição busca a integração entre os menores e seus familiares, promove encontros, palestras e conferências sobre temas sociais, ecológicos, esportivos e ligados à saúde e à higiene e colabora com entidades assistenciais relacionadas com o bem-estar de seus assistidos.

Diante do relevante trabalho realizado pela Sampe em prol do pleno exercício da cidadania dos jovens pedralvenses, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.930/2011, em turno único.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2011.

Marques Abreu, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.127/2011

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude Relatório

De autoria do Deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Guarany Esporte Clube de Pará de Minas, com sede no Município de Pará de Minas.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.127/2011 pretende declarar de utilidade pública o Guarany Esporte Clube de Pará de Minas, com sede no Município de Pará de Minas, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1949 com o escopo de difundir o civismo e a cultura física.



Com esse propósito, a instituição incentiva a prática de esportes, principalmente do futebol amador, e participa de competições esportivas, sempre zelando pelo cumprimento da legislação desportiva vigente, além de incentivar reuniões de caráter social e cultural.

Cabe ressaltar que a prática de atividades físicas traz benefícios individuais e sociais, pois contribui para a formação física e psíquica dos indivíduos e reduz a probabilidade do aparecimento de doenças. Especialmente na adolescência, quando os jovens estão sujeitos a problemas psicológicos e podem ser influenciados por hábitos prejudiciais, que geram conflitos internos capazes de desvirtuar valores e dificultar a aprendizagem, o esporte se reveste de indiscutível importância, prestando grande contribuição ao desenvolvimento da sociedade.

Isso posto, consideramos meritória a iniciativa de outorgar ao Guarany Esporte Clube de Pará de Minas o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.127/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2011.

Marques Abreu, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/9/2011

O Deputado Antônio Júlio – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que nos traz aqui é a nossa preocupação, juntamente com o Deputado Sávio Souza Cruz, com o rumo que está tomando o Estado de Minas Gerais. Deputado Sávio Souza Cruz, há muito tempo eu tenho dito que o “choque de gestação” do governo começou a parir problemas graves no Estado. Começa pela situação financeira, pela desorganização da Secretaria de Segurança Pública, pela falta de segurança em que vive a população de Minas Gerais, pela falta de informação, por causa da censura da imprensa, e por aí afora. Poderíamos enumerar vários problemas, mas o que mais nos está afligindo é o descaso com que o Governador Anastasia está tratando a greve dos professores. É um desrespeito aos alunos e a seus pais. Ele finge que não há greve, diz que só 1% está em greve e está gastando fortunas e fortunas com a imprensa para fornecer informações mentirosas ao povo de Minas Gerais. Isso está começando a me preocupar, Deputado Sávio Souza Cruz.

Hoje, pela manhã, vimos que quer aprovar um projeto totalmente inadequado, mais um projeto inadequado sobre a educação. Lembro-me, como se fosse hoje de quando votamos aqui o subsídio: neste microfone eu já dizia que o governo do Estado de Minas Gerais estava cometendo um equívoco, que estava enganando a Assembleia Legislativa, que estava enganando as professoras e a si próprio. Ele estava enganando todo o mundo quando fez aprovar aqui a lei do subsídio. E deu no que deu, e vai dar no que vai dar, porque se votarmos o projeto da forma como estão querendo... Chegou hoje à Comissão de Constituição e Justiça, e já querem votá-lo à tarde. Pelas informações dos bastidores desta Casa, querem aprovar o projeto em sete dias, cometendo o mesmo erro do outro projeto, Deputado Sávio Souza Cruz.

Estamos alertando, com o intuito de ajudar. Queremos que o governo saia do imbróglio em que ele mesmo se enfiou, que tenha um pouco mais de humildade. O que está faltando neste governo é humildade: ditador nenhum tem humildade. Todo ditador acha que está acima de tudo e de todos.

Até acredito que Anastasia não seja esse tipo de ditador a que nos estamos referindo, tal ditadura que é herança do ex-Governador Aécio Neves. Este, sim, é ditador: impôs normas em Minas Gerais, calou a Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa, amordaçou e censurou a imprensa. Isso, sim, é ditadura. Voltamos à época da ditadura militar, pior até, pois na ditadura militar conhecíamos os nossos adversários e os nossos inimigos. Hoje é o poder da elite, o poder econômico, o dinheiro que impõe a censura e o silêncio do povo de Minas.

Gostaria muito de ouvir o nosso professor Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* – Cumprimento V. Exa., Deputado Antônio Júlio, que, mais uma vez, dá uma demonstração de coragem, que é a marca de sua ação parlamentar, mais do que isso, a marca da trajetória e da vida pública de V. Exa., antes até de possuir mandato, na luta contra a ditadura, contra o regime militar.

Deputado Antônio Júlio, V. Exa. traz à Casa uma consideração importante. Há quase 100 dias tem ocorrido greve no magistério mineiro. Agora o governo encaminha um projeto, e, como em tudo que vem do governo, a Assembleia Legislativa rasteja para a ele atender com agilidade. É o trâmite “Ben Johnson”: rápido e viciado. Hoje já está na pauta, já se distribui avulso, já se convoca reunião extraordinária para a noite, porque tudo o que o “amo” mandar faremos, sim, senhor. Essa é a lógica que impera em Minas Gerais, a herança de Aécio Neves. V. Exa., já há algum tempo, batiza um dos motes do “marketing” desse governo, o chamado choque de gestão, chamando-o de “choque de gestação”. Acho que o que assistimos agora é o nascimento desse “choque de gestação”, o nascimento do “bebê de Rosemary”. Vem ao mundo o “bebê de Rosemary”, que começa a se mostrar na sua inteireza ao povo de Minas Gerais. Hoje nós temos não só a greve dos professores, mas também, ainda em curso, a greve da Polícia Civil, a greve do pessoal do meio ambiente, a demonstrar, de forma clara, aos mineiros a absoluta farsa que tem sido o governo Aécio Neves, essa apropriação do governo de Minas por um projeto eleitoral, por uma obsessão pelo cargo de Presidente da República. Isso precisa ser denunciado. Isso é grave.

Ainda ontem tive oportunidade de, no lançamento do Movimento Minas sem Censura, de que V. Exa. é um dos coordenadores, demonstrar que todos os governos têm acertos e erros, gente séria e gente menos séria, gente honesta e gente corrupta, mas o que é particularmente grave em relação ao Senador Aécio Neves é a apropriação das instituições, o adormecimento do Ministério Público, a



sua inapetência por investigar os desvios do governo, o total controle da mídia pelo abuso da publicidade oficial, o amordaçamento do Poder Judiciário, que não atua contra os interesses do governo, o mesmo ocorrendo em relação ao Tribunal de Contas e a esta Casa, cujo nome já tive a oportunidade, algumas vezes, de sugerir que, por meio de proposta de emenda à Constituição seja mudado para “Assembleia Homologativa do Estado de Minas Gerais”, pois continua só fazendo a vontade do poderoso de plantão. Isso é gravíssimo. É a hora, quem sabe?, de os Deputados tomarem consciência do seu papel verdadeiro, que o povo mineiro lhes delegou, e analisarem o que ocorre de fato em Minas Gerais; não na Minas do “marketing”, transformada em “filial do Paraíso”, mas na Minas real, onde o serviço público entra em colapso; onde os professores há 100 dias não conseguem exercer as suas funções e, conseqüentemente, as crianças não têm aula; onde não há licenciamento ambiental, porque o pessoal do meio ambiente está em greve; onde a segurança vive dias mais assustadores porque a polícia não consegue também exercer as suas funções. Enquanto isso, gastam-se milhões e milhões de reais para se construir uma imagem artificial, sobretudo do Governador Aécio Neves, já que o governo de Minas está a seu serviço, na sua chamada “obsessão presidencial”.

Termino como comecei: cumprimentando V. Exa., como sempre, pela coragem de expor um tema tão importante à consideração desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio – Antes de conceder aparte ao Deputado Duarte Bechir, irei municiar V. Exa. para fazer a defesa do governo, que é sua responsabilidade, como Líder. Estamos vivendo um momento sério em Minas Gerais, e digo isso aqui porque não quero que o governo seja ruim. Queremos um governo bom, mas ele está sendo ruim, e o Estado está pior. Temos de defender o Estado. Ontem, o Governador Anastasia criticou, ironizou o movimento das professoras em Diamantina. Isso é sério, é descaso, é dizer: “Não adianta fazer o movimento, porque não dará em nada”. Lembro-me de que, quando fui Líder (meu partido era o PMDB, e o Governador era Itamar Franco), a Secretaria de Fazenda criou um problema sério para o setor da avicultura. E nada resolvia o problema que eles criaram. Um dia, fui ao Henrique Hargreaves e disse-lhe: “Não há lógica, o Governador não está resolvendo o problema. Vim aqui para lhe comunicar que sou do PMDB, assim como o Governador, mas amanhã faremos uma grande manifestação na porta do Palácio da Liberdade e traremos três caminhões de frangos e dois de galinhas”. Ele teve o mesmo comportamento que o Anastasia teve hoje, ironizou e me gozou. Disse-lhe: “Pode ironizar, não há problema. Não quero que a imprensa noticie uma linha do que faremos, mas quero que o Governador do Estado de Minas Gerais, que é do meu partido, saiba o que está havendo num setor importante: a avicultura. Não vim aqui pedir sua opinião, mas dizer-lhe que faremos isso e jogaremos as galinhas dentro do Palácio”. Aí, ele ironizou mais uma vez: “Por que galinha?”. Respondi que quando se solta um frango, ele para, mas as galinhas saem voando. Assim, tenho a certeza de que o Governador terá conhecimento do que está se passando. É o que está faltando em Minas Gerais: a coragem da base do Governo de dizer ao Prof. Anastasia que não é apenas 1% dos professores que está em greve. Isso é mentira! O movimento grevista é muito maior do que se possa imaginar. Está igual à greve do ano passado.

Disse desta tribuna que votaríamos o subsídio que o Sind-UTE aceitou, que votaríamos porque disseram que era bom. O projeto tem todos os ingredientes para dar errado. Vou repetir isso. Ainda não o fiz por falta de tempo, achei que era o último orador. Deputado Duarte, disse isso hoje ao Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Sebastião Costa. Está na hora de um grupo de Deputados intermediar essa greve, sem ficar jogando para a plateia. Faça-se uma reunião mais fechada e encontre-se uma saída. Se esse projeto for aprovado do jeito que estão querendo, apressadamente, de que qualquer jeito, haverá greve atrás de greve. O projeto é ruim, apresenta problemas que devem ser resolvidos. O governo criou subsídio. Como haverá carreira na educação com subsídio, Deputado Rogério?! Temos de mudar a lei e a Constituição. Às vezes, falamos de forma diferente da do movimento grevista, porque queremos ajudar o governo, porque essa greve é ruim para todos, é ruim para a Assembleia, é ruim para o governo, é ruim para a educação, é ruim para os professores. Quando algo é ruim para todo o mundo, é óbvio que ninguém leva vantagem.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) – Muito obrigado pelo aparte, Deputado. Apesar de o tempo ser curto, citarei rapidamente os termos que V. Exa. mais frisou. V. Exa. afirmou que o choque de gestão não foi um bom programa para Minas Gerais. Na verdade, o choque de gestão equilibrou a receita e restringiu a despesa, diminuindo-a. Esta foi a finalidade do programa: dar qualidade à receita e corrigir as deficiências da despesa, atuando onde o Estado mais sangrava, onde poderia haver contenção. Assim, foram cortados mais de 3 mil cargos comissionados, para gerar recursos e fazer a obra que todos os mineiros sempre desejaram, objeto do grande mandato do Senador Aécio Neves, continuada no mandato do Governador Anastasia.

Não há que discutir a eficiência, o impulso que o choque de gestão deu para o engrandecimento de Minas Gerais, que havia, Deputado Antônio Júlio, perdido sua capacidade de fazer financiamentos, havia perdido capacidade de ir ao Banco Interamericano para buscar recursos. Já não havia essa capacidade. Precisávamos, portanto, de um Governador que tivesse coragem, e Aécio Neves a teve; que tivesse consciência de sua responsabilidade, e Aécio Neves a teve. Junto com Aécio, estava o Prof. Anastasia, fazendo todo o trabalho de bastidores.

Quanto ao que disse V. Exa.: que devemos buscar um encaminhamento para a greve; quanto a isso, todos temos a mesma opinião. Pena, Deputado Antônio Júlio, que não temos essa oportunidade... A greve foi jogada no colo do partido de oposição. O Sindicato nunca nos chamou para uma conversa. Recentemente, quando se tentou buscar um acordo por meio da mídia, quando houve uma denúncia de que havia policiais na porta do Sindicato, chamaram o Deputado Rogério. O Sindicato jamais nos chamou para um debate, mas nos coloca perante os professores como “inimigos da educação”. Hoje, o discurso aplaudido pela plateia é dizer que se é a favor da greve. Não há nenhum propósito de que ela termine.

V. Exa. há de convir comigo - fui Prefeito de Campo Belo - que temos pela frente um Orçamento a ser cumprido, temos pela frente a Lei de Responsabilidade Fiscal, Deputado Antônio Júlio. Muitas vezes podemos até administrar com o coração, mas, acima de tudo, devemos administrar com a razão. E a razão é dura. O Prefeito e o Governador que não administrarem com os fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal incorrerão em sérias obrigações, nas penalidades previstas na referida lei.

Deputado Antônio Júlio, sei que meu prazo terminou, mas, para encerrar, quero dizer que, quanto mais a plateia gritar a favor da greve, mais palmas haverá. Entretanto poucos sabem da grande verdade: que esta greve tem um caráter eminentemente político: querem, a todo o custo, atralhar as ações do governo, de olho na reeleição da atual Presidente da República. Muito obrigado.



O Deputado Antônio Júlio – Obrigado pelo tempo, Sr. Presidente. Para encerrar, gostaria de dizer, Deputado Duarte Bechir, que não é verdade que o governo cortou 3 mil cargos. Esses 3 mil cargos deixaram de ser preenchidos na época de Itamar. Eles já não existiam. Não gosto de entrar nessa confusão, porque essa é uma discussão de governo, e todo governo é igual, seja de Itamar, seja de Aécio, seja de Anastasia. É tudo igual. Muda apenas a roupagem.

Entretanto gostaria de dizer que a questão dos arapongas é grave. Censura e controle de nossos telefones é coisa grave. Hoje mesmo uma Juíza denunciou que os seus telefones estavam grampeados. Então, disse: “Que novidade!”. Todos os telefones estão grampeados: os da Oposição e os da Situação. Isso é um estado de exceção que devemos combater. Não podemos aceitar ser vigiados 24 horas, como se participássemos de um “Big Brother”. Em outra hora, gostaria de ter a oportunidade de discutir mais profundamente esse assunto.

Acho que a greve é um instrumento legal, mas estou preocupado com um movimento tão prolongado, por irresponsabilidade do governo. A greve se prolonga, porque o governo a está tratando como se fosse brincadeira. Como eu disse ontem, o Prof. Antonio Anastasia de professor parece não ter nada, pois tem massacrado a classe dos educadores de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, companheiros que se encontram nas galerias nos visitando - aliás, é um prazer tê-los aqui – e da imprensa que estão cobrindo as atividades da nossa Assembleia Legislativa. Hoje vim à tribuna e já o faria na semana passada, mas não houve quórum nesta Casa. Há duas semanas não há quórum na Assembleia. Felizmente estamos retomando os trabalhos. Deputado Sávio Souza Cruz, como é assembleia homologatória, pensei que já tinham dado um jeito de fechá-la, mas felizmente não. Continuaremos pelo menos promovendo algum debate político nesta Casa.

Sr. Presidente, quero trazer uma denúncia séria que fiz ontem na Ouvidoria, com a participação da Comissão de Direitos Humanos, acompanhado pela OAB e em companhia da Profa. Beatriz Cerqueira, Coordenadora do Sind-UTE. Na verdade, é uma denúncia que o Deputado Antônio Júlio citou em sua fala. Quero relatá-la aos Deputados porque o fato é grave. Trata-se de espionagem feita por policiais militares à paisana a sindicalistas, mais notadamente do Sind-UTE, que hoje encaminha a greve dos professores, que, aliás, depois de amanhã, completará 100 dias.

A Profa. Beatriz já tinha, em assembleia, aqui mesmo no pátio da Assembleia Legislativa, denunciado que pessoas estavam seguindo sindicalistas a partir da sede do próprio Sindicato. O veículo delas ficava a 20m do sindicato, e ela e outros sindicalistas, assim que saíam, eram seguidos. Ela estranhava esse ato e, sem saber quem era, avisou que queria proteção. Além disso, que a polícia verificasse do que se tratava e quem seguia esses sindicalistas em pleno Estado Democrático de Direito.

Ao ser comunicado disso, solicitei à sindicalista que, assim que esse fato voltasse a ocorrer, anotasse as placas dos veículos e me comunicasse. E assim ela e outros sindicalistas agiram. Quando fomos verificar a placa no Detran, veio escrito que é de acesso restrito. Solicitei a companheiros e amigos da Polícia Civil que investigassem essas placas. Eles me informaram que são de veículos da Polícia Militar a serviço dela. Estranhei aquele fato e pedi à Profa. Beatriz que novamente me avisasse assim que fosse seguida. Então ela ligou de celular para celular, ou seja, do dela para o meu. No dia em que fez isso, esses arapongas ou espíões imediatamente se evadiram do lugar e não conseguimos saber de quem se tratava. Presumo que o meu telefone e o dela ou um dos dois estejam grampeados. Isso é uma suspeita. Aliás, já tive o meu telefone grampeado. Fui à Polícia Federal, que constatou isso. Tenho por mim que, quando era Deputado na outra legislatura, já havia uma ação a serviço do governo. Naquela ocasião, a Polícia Federal constatou de onde vinha o grampo, mas depois não deu sequência à apuração. Qualquer outro dia, relato esse fato com mais precisão. Tenho tudo isso documentado.

Solicitei à Profa. Beatriz que me ligasse de telefone fixo para outro fixo, e assim ela fez. Nesse dia - se não me engano, numa manhã de terça-feira, véspera de feriado -, dirigi-me ao Sind-UTE. Há 20m de lá estava o veículo com outra placa. Ao investigarmos sua origem, encontramos os mesmos dizeres no Detran: “acesso restrito”. Essa pessoa que se encontrava no veículo primeiramente mentiu, dizendo que trabalhava para um jornal. Indaguei-lhe qual era o jornal, e não quis me responder. Os nossos assessores e sindicalistas que lá estavam se posicionaram à frente do veículo. Como não pôde arrancá-lo, ele decidiu dar ré, trancou o veículo e foi embora sem querer se identificar. Isso por si só já era grave porque era “arapongagem” e, conforme disse o Deputado Sávio Souza Cruz, Estado de exceção que já controla o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a grande maioria da Assembleia Legislativa e a imprensa nem se fala. Com esse Estado de exceção que funciona em Minas, faltava agora a espionagem, porque lá estava na minha frente a “arapongagem” completa e desnuda, completamente flagrada. Isso põe o Estado de exceção como uma Gestapo, uma KGB funcionando ali à nossa frente, às nossas vistas. O policial foi embora. Isso já era grave. Liguei para o 190, a fim de solicitar uma viatura da Polícia Militar e de saber sobre esse veículo que foi abandonado e sobre quem o abandonou, Deputado Tenente Lúcio. No entanto, a polícia não compareceu. Então, como Deputado Estadual, tive a prerrogativa de ligar para o Cel. Renato, Comandante da Polícia Militar, que me atendeu e disse: “Deputado, já sabia do que se tratava”. Em resumo, ele disse o seguinte: “Não, Deputado. Não enviarei viatura alguma da Polícia Militar. Não vou criar fato político”. Vejam só isso! Respondi-lhe: “Como é, Coronel? O senhor não tem de criar ou não fato político. A obrigação da Polícia Militar é vir ao local, a chamado de qualquer cidadão, quanto mais de um Deputado Estadual que aqui representa o Poder Legislativo e que quer saber quem estava nesse veículo, a serviço de quem e fazendo o quê. Se estava ou não ameaçando uma dirigente sindical”. Ele repetiu o que tinha dito: “Não enviarei viatura alguma para não gerar fato político”. Quer dizer, o Comandante da Polícia Militar determina se vai ou não gerar fato político, agradável ou não ao governo a que ele serve – aliás, não mais ao Estado de Minas Gerais, mas, sim, ao governo, ao Governador ou ao Senador Aécio Neves, conforme disse o Deputado Duarte Bechir. Tudo tem de ser feito para que ele um dia sonhe em ser o Presidente da República do Brasil. Tudo tem de funcionar em Minas Gerais a seu serviço e agora a KGB mineira, a Gestapo do Anastasia. É isso que enxergamos. Deputado Sávio Souza Cruz, até hoje não obtivemos resposta alguma. Aliás, daqui a pouco, Deputado, concederei um aparte a V. Exa.

A Comissão de Direitos Humanos nos acolheu – aliás, estive lá ontem com o Deputado Durval Ângelo. Ontem o Ouvidor de Polícia nos comunicou que, a pedido do Subcomandante, a Corregedoria abriu um processo de inquérito, portanto uma resposta nos será dada. Assim espero. É simples saber quem era, pois filmamos tudo, assim como o cidadão que aquilo fez. Então poderão saber de



onde ele veio. Há boatos e informações de que veio de lugares altos. Vamos esperar. Não será qualquer comunicado que enganará este Deputado ou esta Assembleia Legislativa. Queremos saber a quem essa pessoa estava servindo, quais os interesses e o porquê. Esperamos que, de fato, haja um inquérito real. Em vez de ficar atacando professores, como fez outro dia o Dr. “Aeceu”, cabe ao Ministério Público cumprir o seu papel real de investigação. Aliás, o Ministério Público do Rio Grande do Sul acabou de entrar com uma ação para que lá se pague o piso. Aqui o Dr. “Aeceu” vai à televisão coibir os professores. Nunca vi Ministério Público desse naipe. Isso é impressionante e precisa ser dito aqui. É apenas um parêntese.

Deputados, Deputadas, imprensa e telespectadores, esse foi o caso que ocorreu. Cria-se estratégia para intimidar os professores e os sindicalistas em vez de negociar com eles. Como bem disse o Deputado Antônio Júlio, criam-se artimanhas para tentar acabar com a Oposição em vez de dialogar com ela no Estado de Direito. Assim está funcionando o governo Anastasia: a reboque e por ordem do Senador Aécio Neves.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, quero cumprimentá-lo. V. Exa. traz aqui, mais uma vez, esse fio condutor entre os pronunciamentos, que é o Estado de exceção. É necessário registrar como isso dói em nós, mineiros, que temos algumas das instituições de maior tradição democrática. Pouca gente sabe que esta Casa, esta Assembleia Legislativa, junto à do Rio Grande do Sul, foram as únicas que a ditadura militar não ousou fechar. Se a ditadura militar não ousou fechar, Aécio Neves ousou tutelar e pisar em cima dela. Isso dói muito em nós, mineiros, que lutamos muito pelas nossas instituições.

Ver agora a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, de tantas tradições, a polícia do alferes Tiradentes, transformada em uma Gestapo, na ação subalternizada, na ação eleitoral do Senador Aécio Neves, dói profundamente em quem valoriza as instituições públicas que o povo mineiro construiu ao longo de sua história. Então, a transformação de um setor da Polícia Militar em uma Gestapo do Aécio Neves; a Assembleia em uma mera instância de homologação; a mídia mineira em propagandista de uma campanha permanente de um Senador; tudo isso aos mineiros é muito doloroso. E agora o Ministério vem consolidar, vem coroar essa situação. Sob o comando do Procurador “Aeceu” Torres, o Ministério Público, que já não pratica para si o teto de remuneração e encontra várias formas de burlar o teto, também permite que o governo não pague o piso.

Deputado Rogério Correia, quero lembrar ao Procurador “Aeceu” que sem piso e sem teto não se edifica a Justiça.

É fundamental que, mais uma vez, busquemos a reconstrução de um Estado minimamente democrático em Minas Gerais. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Sávio Souza Cruz. V. Exa. tem sido fundamental - foi e ainda é - na construção do Bloco Minas sem Censura e agora do Movimento Minas sem Censura. V. Exa. trabalha a visão do Estado Democrático de Direito e da conquista da democracia e da verdade como poucos Deputados o fazem nesta Casa. Por isso V. Exa. tem trazido a esta Assembleia Legislativa esse debate pela manutenção da luta pela liberdade.

Sr. Presidente, gostaria de tratar um pouco sobre a reivindicação em si dos professores e dos 100 dias de greve em que esses heróis estão enfrentando o governo Anastasia. Digo heróis porque não é fácil enfrentar a mídia, o Ministério Público, a Maioria da Assembleia Legislativa.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, desculpe-me interrompê-lo dessa forma, mas acabamos de receber a informação de que, em várias regiões do Estado de Minas Gerais, assim que V. Exa. assomou à tribuna, o sinal da TV Assembleia foi cortado. Será que é mais uma coincidência, Deputado?

O Deputado Rogério Correia - Impressionante. Tudo é possível aqui. Nesse governo tudo é possível, até o sinal da TV Assembleia ser cortado. Deputado Sávio Souza Cruz, qualquer dia vão fechar a própria Assembleia Legislativa. Será esse o jeito, pois não bastará simplesmente cortar o sinal da TV Assembleia para nos fazer calar. Qualquer dia fechar a Assembleia legislativa, porque não vamos deixar de falar. Tentaram calar a voz da Oposição com ações para diminuir o tamanho do bloco e agora cortaram até o sinal da TV Assembleia, é inacreditável. Infelizmente, essa é uma denúncia gravíssima, e precisamos apurá-la.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Isso não pode acontecer, se realmente aconteceu. Falo como criador da TV Assembleia. Há 16 anos, no dia 30 de novembro, colocamos essa televisão no ar. Portanto, temos de apurar o ocorrido.

Estamos acompanhando pelos monitores e vemos que a TV está no ar. Mas vamos fazer agora mesmo um documento, assinado por mim, por V. Exa. e por todos os Deputados neste Plenário, pedindo que isso seja apurado e que sejam tomadas as providências necessárias. Tenho certeza de que isso é contrário aos princípios do Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro. Aqui há de se garantir a abertura, pois o que se passa aqui deve ser levado à casa de cada telespectador. A televisão só vai sair do ar quando começarmos a subir à tribuna para fazer campanha, pedir voto, dizer que somos candidato e declarar o nosso número. No mais, o que acontece nesta Casa tem de ir para a casa de todos. Então, temos de fazer esse documento agora e encaminhá-lo ao Presidente desta reunião. Vou sair daqui agora e procurar o Rodrigo, Diretor da TV Assembleia, e o José Geraldo, para me informar. Se isso de fato aconteceu, alguém terá de ser punido pelo Presidente desta Casa, que certamente é contrário a essas atitudes, porque aqui a liberdade de imprensa tem de ser garantida.

O Sr. Presidente - A Presidência comunica ao Plenário que houve problema de interferência por radiação no satélite que envia o sinal da TV Assembleia para todo o interior do Estado. O problema foi identificado e sanado, mas ocorrerá novamente em intervalos determinados.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Tenente Lúcio. Agradeço a informação, que vamos verificar porque, como se diz, “gato escaldado tem medo de água fria”. Como vemos arapongas perseguindo sindicalistas e censura de montão à imprensa mineira, ficamos desconfiados de que o mesmo possa ocorrer na Assembleia Legislativa. Mas tomara que não e que tenha razão o Deputado Alencar, cujas palavras agradeço.

Como houve uma quebra no meu raciocínio, peço ao Presidente apenas mais 1 minuto, para encerrar. Em relação à greve dos professores, que chamo de heroica, ela completará 100 dias na próxima quinta-feira. É um recorde. O Governador Anastasia conseguiu um péssimo recorde: essa é a guerra mais longa da história de Minas Gerais - na quinta-feira completam-se 100 dias de



greve. Aliás, pelo visto, infelizmente, ela vai prosseguir porque até agora a proposta é muito ruim. Mas tenho fé de que até quinta-feira o governo faça uma negociação em torno da tabela.

Quero anunciar que a tabela salarial anunciada termina com a carreira, como adiantou o Deputado Antônio Júlio. Legalmente, não se pode fazer isso, porque o STF determinou que sobre o piso fixado incidiria a carreira. Assim, ele não pode simplesmente liquidar a carreira.

Mais duas observações importantes e encerro. Primeiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal não está sendo atingida. Vão chegar agora os dados relativos ao segundo quadrimestre, até agosto, e o índice virá, como já adiantou a própria Secretária Renata Vilhena, em torno de 40% a 41% e não de 48,4%. Ou seja, não há limite da lei de responsabilidade fiscal sendo atingido, tanto é que o governo não tem feito essa alegação. Isso quer dizer, Deputados, que ele ainda pode ter flexibilidade em relação à tabela.

Em segundo lugar, em 2006 a educação significava 44,06% da folha; de 2007 a 2010 foi diminuindo até chegar a 37,8%. Ou seja, perdeu-se 7% do potencial da educação na folha, trilhando-se um caminho inverso ao das nossas prioridades. Então, quando falamos da possibilidade de se atenderem as reivindicações, ela é real. É disso que se trata.

Por fim, espero que o governo dê resposta a esse problema da espionagem, da “arapongagem”, esclarecendo a serviço de quem estavam. Acho que o Comandante da Polícia Militar deveria ser tirado de lá, porque dizer que não vai enviar uma viatura para verificar o caso...

Obrigado, Presidente.

* - Sem revisão do orador.

71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/9/2011

O Deputado Célio Moreira* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ontem, esta Casa promoveu um dos debates mais importantes no âmbito do meio ambiente, que diz respeito ao lixo no Estado.

Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, convidei os gestores municipais, os Presidentes de Câmaras do Estado de Minas Gerais para fazer parte dessa discussão, visto que estão no cerne da questão. O destino do lixo passa obrigatoriamente pelas prefeituras. Lamentavelmente, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, apenas dois Municípios se fizeram representar na audiência. De tal atitude ou falta de atitude, haveríamos de depreender que todos os Chefes dos Executivos Municipais estão conseguindo resolver o dever de Casa que lhes foi dado pelo Estado, cuja meta é eliminar todos os lixões no solo mineiro até 2014.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/9/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando, a partir de 19/9/11, Luiz Eduardo Salomão Mendonça do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tenente Lúcio

exonerando Antonio Borges de Freitas do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
exonerando Paulo Tadeu Alvim Penido do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;
nomeando Antonio Borges de Freitas para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;
nomeando Paulo Tadeu Alvim Penido para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014072/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 3/10/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva conforme normas da Anac-DAC e recomendações contidas no manual do fabricante de aeronave Xingu.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no



horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar sua reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Município de Campina Verde. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 02.12.01.25.752.0015.2.057.3.3.90.39.99.00.